

Egon Bockmann MOREIRA  
Flávio Amaral GARCIA

# Contratos Administrativos na Lei de Licitações

Comentários aos artigos 89 a 154  
da Lei nº 14.133/2021

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais*

**ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Estagiários:* Aline Pavanelli e João Victor Sales

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Jéssica Viana Bezerra

*Analistas de Operações Editoriais:* Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Parise Jatene Castello Branco e Rebeca Crespo Rangel

*Capa:* Linotec

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Moreira, Egon Bockmann

Contratos Administrativos na Lei de Licitações : comentários aos artigos 89 a 154 da Lei nº 14.133/2021 / Egon Bockmann Moreira, Flávio Amaral Garcia. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-1559-9

1. Contratos administrativos - Brasil 2. Contratos administrativos - Leis e legislação - Brasil 3. Licitações - Leis e legislação - Brasil I. Garcia, Flávio Amaral. II. Título.

24-202879

CDU-351.712.2.032.3(81)(094.56)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Leis comentadas : Licitações e contratos administrativos:  
Direito administrativo 351.712.2.032.3(81)(094.56)  
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

1260839

## ■ SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Nota de abertura: contratos administrativos no século XXI</b> .....	9

### LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

#### TÍTULO III DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

##### CAPÍTULO I DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

<b>Art. 89</b> .....	27
1. A ideia brasileira de contrato administrativo .....	27
2. Cláusulas contratuais.....	31
3. Preceitos de Direito Público .....	33
4. Princípios da teoria geral dos contratos: aplicação supletiva .....	35
5. Disposições de Direito Privado: aplicação supletiva .....	37
6. Requisitos formais dos contratos.....	38
7. Condições de execução contratual .....	39
8. Limites à incidência da Lei: contratos excluídos.....	39
9. Contratos atípicos.....	40
<b>Art. 90</b> .....	41
1. Convocação do vencedor: prazo certo.....	42
2. Prorrogação do prazo de assinatura .....	43
3. Dever de assinar o contrato: consequências.....	44
4. Convocação dos demais licitantes .....	45
5. Renegociação das propostas remanescentes .....	46
6. Prazo de validade das propostas: efeitos .....	46
7. Contratação do remanescente de obra.....	47
<b>Art. 91</b> .....	48
1. Instrumento contratual .....	49

2.	Dever de publicidade e exceções expressas.....	50
3.	Direitos reais e publicidade .....	51
4.	Formalização e prorrogação: requisitos .....	51
<b>Art. 92</b>	.....	52
1.	Cláusulas contratuais – rol exemplificativo .....	55
2.	Cláusulas necessárias – as universais .....	56
3.	Cláusulas necessárias – as circunstanciais.....	57
4.	Objeto contratual e elementos característicos .....	57
5.	Vinculação ao edital e à proposta.....	58
6.	Legislação aplicável .....	59
7.	Regime de execução ou forma de fornecimento .....	60
8.	Preço, condições, critérios de pagamento e reajuste .....	61
9.	Medição: critérios e periodicidade .....	62
10.	Prazos contratuais .....	62
11.	O crédito pelo qual correrá a despesa.....	63
12.	Matriz de risco .....	64
13.	Repactuação de preço .....	65
14.	Prazos para resposta a pedidos de repactuação e de reequilíbrio .....	65
15.	Garantias e seu prazo .....	66
16.	Direitos, responsabilidades e penalidades contratuais.....	67
17.	Importação: condições, data e taxa de câmbio .....	69
18.	Obrigações de manter condições de habilitação .....	70
19.	Obrigações de reserva de cargos.....	72
20.	Modelo de gestão do contrato .....	73
21.	Casos de extinção contratual .....	76
22.	Cláusula de foro e exceções .....	77
23.	Período antecedente à ordem de serviço.....	78
24.	Contratos de serviço contínuo, reajustamento e repactuação .....	80
<b>Art. 93</b>	.....	85
1.	Contratos administrativos e direito autoral .....	86
2.	Contratações de projetos e cessão de direitos patrimoniais .....	87
3.	Contratações de serviços técnicos especializados e cessão de direitos patrimoniais .....	88
4.	Cessão de direitos patrimoniais: exceção.....	89
<b>Art. 94</b>	.....	90
1.	Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.....	91
2.	Divulgação no PNCP – condição de eficácia contratual.....	92
3.	Prazos para a divulgação.....	93
4.	Contratos urgentes e divulgação .....	93

5.	Contratos do setor artístico e divulgação.....	93
6.	Contratos de obras e divulgação .....	94
<b>Art. 95</b> .....		94
1.	Obrigatoriedade do instrumento contratual: exceções expressas.....	95
2.	Contratos verbais.....	95
3.	Instrumentos hábeis à substituição.....	96
4.	Caso de dispensa de licitação em razão do valor .....	97
5.	Caso de compras de entrega imediata e integral.....	97

## CAPÍTULO II DAS GARANTIAS

<b>Art. 96</b> .....		98
1.	Garantias em obras, serviços e fornecimento .....	99
2.	Prazo para a prestação da garantia.....	100
3.	Caução.....	101
4.	Seguro-garantia .....	102
5.	Fiança bancária .....	102
6.	Garantias e suspensão do contrato por fato da Administração .....	104
<b>Art. 97</b> .....		104
1.	Seguro-garantia e sua finalidade .....	105
2.	A possibilidade de contragarantia .....	107
3.	Prazo de vigência da apólice e pagamento do prêmio .....	107
4.	Seguro-garantia, contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo.....	107
<b>Art. 98</b> .....		108
1.	Percentuais de garantia.....	108
2.	Percentuais de garantia, serviços e fornecimentos contínuos.....	109
<b>Art. 99</b> .....		109
1.	Obras e serviços de engenharia de grande vulto .....	109
2.	Percentual extraordinário da garantia.....	111
<b>Art. 100</b> .....		111
1.	Fiel execução do contrato e liberação/restituição da garantia.....	111
2.	Culpa da Administração e liberação/restituição da garantia .....	112
3.	Atualização monetária da garantia em dinheiro .....	113
<b>Art. 101</b> .....		113
1.	Contratos que impliquem entrega de bens pela Administração.....	113
2.	Particular como “depositário” de bens da Administração .....	114
3.	Garantia estendida aos bens da Administração .....	115

<b>Art. 102</b> .....	116
1. O caso da teoria dos contratos administrativos personalíssimos .....	116
2. Obras e serviços de engenharia, seguro-garantia e <i>step-in-right</i> .....	119
3. Seguradora-anuente e obrigação de exercer o <i>step-in-right</i> .....	121
4. Prerrogativas da seguradora na execução do contrato .....	122
5. Inadimplemento do contratado: processo e decretação.....	122

### CAPÍTULO III DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

<b>Art. 103</b> .....	123
1. Matriz de alocação de riscos: sua lógica e a definição do art. 6º .....	123
2. Riscos e incertezas .....	126
3. Matriz de alocação de riscos: seus efeitos .....	129
4. Matriz de alocação de riscos: seus critérios.....	130
5. Matriz de assunção e compartilhamento de riscos .....	130
6. Matriz de alocação de riscos e securitização .....	130
7. Matriz de alocação de riscos e quantificação.....	131
8. Matriz de alocação de riscos e equilíbrio econômico-financeiro.....	132
9. Matriz de alocação de riscos e imunidade às alterações unilaterais.....	135
10. Matriz de alocação de riscos e imunidade às alterações tributárias .....	136

### CAPÍTULO IV DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

<b>Art. 104</b> .....	136
1. Fundamento jurídico e sentido da consagração legislativa de prerrogativas da Administração.....	137
2. Prerrogativas da Administração e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB .....	139
3. Modificação unilateral .....	142
4. Sentido da prerrogativa de modificação unilateral .....	145
5. Limites do poder de modificação unilateral .....	146
6. Consequências do exercício do poder de modificação .....	147
7. Extinção unilateral.....	148
8. Fiscalização da execução do contrato .....	148
9. Aplicação de sanções contratuais .....	149
10. Ocupação de bens e utilização de pessoal e de serviços vinculados ao contrato.....	150
11. Outras prerrogativas da Administração: ordem de suspensão da execução do contrato.....	152

## CAPÍTULO V DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS

<b>Art. 105</b> .....	152
1. Âmbito de aplicação do Capítulo V .....	152
2. Duração dos contratos e a regra geral da previsão em edital .....	153
3. Limites legais e condicionamentos orçamentários.....	154
4. Prazo de vigência e prazo de execução .....	155
5. Prazo de vigência e prazo de garantia.....	155
6. A nova disciplina legal sobre a duração dos contratos administrativos...	156
<b>Art. 106</b> .....	157
1. Contratos de serviços e fornecimentos contínuos .....	157
2. Diretrizes para a contratação de serviços e fornecimentos contínuos ...	158
3. Condições de extinção de serviços e fornecimentos contínuos .....	160
4. Contratos de aluguel de equipamentos e contratos de utilização de programas de informática .....	162
<b>Art. 107</b> .....	162
1. Contratos de serviços e de fornecimentos contínuos: prorrogação sucessiva .....	163
2. Contratos de serviços e fornecimentos contínuos: condições e limites da prorrogação.....	163
<b>Art. 108</b> .....	165
1. Contratos abrangidos pela possibilidade de duração até 10 anos .....	165
<b>Art. 109</b> .....	167
1. Contratos de serviço público em regime de monopólio: vigência indeterminada.....	167
2. Administração Pública como usuária de serviços públicos: natureza e regime contratual .....	170
3. A necessidade de “créditos orçamentários vinculados” .....	172
<b>Art. 110</b> .....	172
1. Contratos geradores de receita.....	173
2. Contrato de eficiência que gere economia .....	174
3. Prazo dos contratos sem investimento privado .....	175
4. Prazo dos contratos com investimento privado .....	176
<b>Art. 111</b> .....	176
1. Contratos de escopo predefinido: duração e prorrogação .....	177
2. Consequências da não conclusão do escopo por culpa do contratado ...	178
<b>Art. 112</b> .....	179
1. Natureza não derogatória dos prazos previstos na Lei.....	179

<b>Art. 113</b> .....	180
1. O novo regime de execução de obras e serviços de engenharia: o fornecimento e prestação de serviços associados .....	181
2. Contagem do prazo de duração dos contratos integrados de fornecimento e prestação de serviços .....	183
3. Prorrogação do prazo .....	183
<b>Art. 114</b> .....	183
1. Vigência máxima dos contratos de sistemas de tecnologia da informação.....	184

## CAPÍTULO VI DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

<b>Art. 115</b> .....	185
1. Vinculação jurídica das partes ao contrato.....	186
2. Termos e condições de execução do contrato .....	187
3. Consequências da inexecução do contrato .....	189
4. Proibição de retardamento do início da execução do contrato e a suspensão generalizada dos contratos .....	190
5. Licenciamento ambiental e responsabilidade administrativa .....	192
6. Hipóteses de prorrogação automática do cronograma de execução .....	193
7. Dever de publicidade da não execução temporária .....	195
<b>Art. 116</b> .....	196
1. Dever de permanência da reserva de cargos .....	196
2. Dever de comprovação do cumprimento à reserva de cargos.....	196
<b>Art. 117</b> .....	197
1. A fiscalização do contrato .....	197
2. O fiscal do contrato .....	199
3. A contratação de terceiros com função de assistência ao fiscal do contrato .....	202
4. Atribuições do fiscal do contrato .....	204
5. O auxílio jurídico e técnico ao fiscal do contrato.....	205
6. Fiscalizar não é sinônimo de defender nem de vigiar e punir .....	206
<b>Art. 118</b> .....	206
1. A figura do agente representante do contratado .....	206
2. A negativa à aceitação do agente representante .....	207
<b>Art. 119</b> .....	208
1. Dever de entrega perfeita.....	208
2. Dever de reparação <i>lato sensu</i> .....	209

<b>Art. 120</b> .....	211
1. Responsabilidade extracontratual por danos à Administração e terceiros.....	211
2. Regra de não exclusão e não redução de responsabilidades.....	213
<b>Art. 121</b> .....	214
1. Princípio da responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos...	215
2. Inadimplência e regra da não transferência de responsabilidade.....	218
3. Regime especial para os serviços contínuos com dedicação exclusiva da mão de obra.....	218
4. As medidas estatais para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas.....	221
<b>Art. 122</b> .....	224
1. Subcontratação: conceito, limites e responsabilidades.....	225
2. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte.....	229
3. Comprovação da capacidade técnica dos subcontratados.....	229
4. Regulamento e subcontratação.....	231
5. Conflitos de interesses como limites à subcontratação.....	231
<b>Art. 123</b> .....	232
1. Dever de decisão explícita sobre solicitações e reclamações.....	232
2. Exceções ao dever de decisão.....	234
3. Prazo de decisão.....	234

## CAPÍTULO VII DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

<b>Art. 124</b> .....	235
1. A mutabilidade dos contratos administrativos.....	236
2. O respeito aos direitos dos contratados.....	239
3. A motivação e a superveniência dos fatos justificadores da alteração...	240
4. A alteração unilateral: conceito, fundamentos e incidência.....	244
5. A alteração unilateral qualitativa: conceitos, fundamentos e incidência...	247
6. A alteração qualitativa e a modificação do projeto ou das especificações.....	247
7. A alteração unilateral quantitativa: acréscimos e diminuições.....	249
8. A alteração bilateral e a consensualidade.....	249
9. As espécies de alteração bilateral e o seu caráter não taxativo.....	251
10. A alteração para substituição da garantia.....	252
11. A alteração para modificação do regime de execução.....	253
12. A alteração para modificação da forma de pagamento.....	254
13. A alteração para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.....	254

14.	A repartição objetiva dos riscos: o protagonismo do contrato.....	257
15.	A teoria da imprevisão.....	258
16.	Força maior, perigo de força maior e caso fortuito.....	260
17.	Fato do príncipe .....	263
18.	Fato da Administração .....	265
19.	Sujeição imprevista .....	267
20.	A renegociação dos contratos administrativos.....	268
<b>Art. 125</b> .....		270
1.	Os limites legais e seus fundamentos .....	270
2.	A incidência dos limites legais nas alterações quantitativas e qualitativas .....	271
3.	O caráter impositivo da alteração e do termo aditivo .....	274
4.	Excludentes da imposição .....	275
5.	A base de incidência dos limites: o valor inicial atualizado do contrato ...	276
6.	A compensação entre acréscimos e supressões.....	277
7.	A incidência dos limites legais em licitações por itens .....	278
8.	O limite ampliado para reformas .....	278
9.	A alteração qualitativa e a orientação da Decisão TCU nº 215/99 .....	279
10.	A inaplicabilidade dos limites legais aos contratos concessionários ....	281
<b>Art. 126</b> .....		282
1.	Alterações e indisponibilidade do objeto .....	282
2.	Alterações e garantia da concorrência .....	284
<b>Art. 127</b> .....		285
1.	Regimes contratuais e preços unitários .....	285
2.	Alteração de contratos e respeito aos preços unitários.....	288
3.	Os preços unitários e o jogo de planilhas.....	289
4.	A inexistência de preços unitários no contrato e o método do desconto...	291
<b>Art. 128</b> .....		292
1.	Ainda o método do desconto.....	292
2.	Um exemplo de disciplina legislativa intrusiva.....	292
<b>Art. 129</b> .....		293
1.	Alterações supressivas, ressarcimento e indenização: condicionantes ...	293
2.	Aquisição e alocação dos materiais .....	296
3.	O dever de custeio do “regularmente comprovado” e o destino dos bens .....	297
4.	O dever do “reajuste monetário” .....	298
<b>Art. 130</b> .....		298
1.	Contextualização da norma.....	298
2.	O dever de concomitância do reequilíbrio.....	300

3.	A ilegalidade de solução diversa.....	301
4.	A natureza das cláusulas econômicas .....	302
<b>Art. 131</b>	.....	302
1.	O direito ao reequilíbrio e a extinção do contrato.....	302
2.	A natureza indenizatória .....	304
3.	A formalização do pedido de reequilíbrio.....	305
4.	O aspecto temporal do pleito de reequilíbrio.....	306
5.	As prorrogações, o reequilíbrio e a indenização .....	307
<b>Art. 132</b>	.....	307
1.	A importância da formalização dos termos aditivos .....	308
2.	A precedência da formalização .....	309
3.	As exceções justificadas .....	309
<b>Art. 133</b>	.....	310
1.	Contratação integrada .....	310
2.	Contratação semi-integrada .....	314
3.	O regime estrito de alteração do contrato na contratação integrada e semi-integrada.....	317
4.	A matriz de risco nas contratações integradas e semi-integradas .....	319
5.	A alteração do valor do contrato em razão de caso fortuito ou força maior .....	319
6.	A alteração do valor do contrato em razão de solicitação da Administração Pública .....	320
7.	A necessidade de alteração do projeto básico nas contratações semi-integradas .....	321
8.	A alteração decorrente de evento alocado como risco da Administração Pública.....	322
<b>Art. 134</b>	.....	323
1.	O fato do príncipe .....	323
2.	O fato do príncipe como instrumento protetivo do contrato administrativo.....	324
3.	O marco inicial da incidência do fato do príncipe .....	324
4.	O objeto do fato do príncipe .....	325
5.	A comprovação da repercussão do fato do príncipe.....	326
<b>Art. 135</b>	.....	327
1.	Repactuação: conceito e incidência .....	328
2.	A data-base para incidência da repactuação.....	329
3.	A anualidade da repactuação .....	330
4.	O procedimento da repactuação .....	331
5.	O prazo para exame da repactuação e a forma .....	332

6.	A estrita vinculação à matéria trabalhista e impossibilidade de vinculação a determinados acordos, convenções ou dissídios .....	332
<b>Art. 136</b> .....		333
1.	Apostilamento .....	334
2.	Reajuste e repactuação.....	335
3.	Atualizações, compensações e penalizações financeiras .....	335
4.	Alteração na razão ou na denominação social do contratado.....	335
5.	Empenho de dotações orçamentárias.....	336
6.	O apostilamento e o direito ao questionamento.....	336

## CAPÍTULO VIII DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

<b>Art. 137</b> .....		336
1.	Extinção normal e anormal dos contratos administrativos .....	338
2.	Resilição, resolução e rescisão .....	340
3.	O devido processo legal da extinção do contrato.....	342
4.	A importância da regulação por contrato e da matriz de riscos para a explicitação das hipóteses de extinção do contrato.....	344
5.	O não cumprimento ou cumprimento irregular .....	345
6.	O desatendimento das determinações da fiscalização .....	347
7.	Alteração social ou modificação da finalidade da estrutura da empresa... ..	349
8.	Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado .....	350
9.	Caso fortuito ou força maior .....	352
10.	Problemas no licenciamento ambiental .....	353
11.	Atrasos ou impossibilidade na liberação das áreas .....	357
12.	Razões de interesse público.....	358
13.	Não cumprimento das obrigações com reserva de cargos para pessoas com deficiência.....	360
14.	A extinção do contrato e a edição de regulamento.....	361
15.	A extinção do contrato em razão do inadimplemento da Administração Pública: o fato da administração .....	362
16.	A supressão do objeto além do limite legal .....	364
17.	A suspensão por ordem da Administração por prazo superior a 03 (três) meses e repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias .....	364
18.	O atraso no pagamento superior a 02 (dois) meses.....	366
19.	A não liberação de área, local ou objeto.....	366
20.	As hipóteses de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna, guerra ou participação do contratado.....	367

21.	A exceção de contrato não cumprido .....	369
22.	A indispensável notificação dos emitentes das garantias .....	371
<b>Art. 138.</b>	.....	372
1.	A extinção por ato unilateral da Administração Pública .....	372
2.	A extinção consensual do contrato administrativo .....	375
3.	A extinção por decisão judicial ou arbitral .....	378
4.	As consequências da extinção do contrato administrativo por culpa exclusiva da Administração Pública .....	379
<b>Art. 139.</b>	.....	382
1.	As consequências da extinção unilateral determinada por ato da Administração Pública .....	383
2.	As medidas acautelatórias da continuidade da execução do objeto contratual .....	384
3.	A execução da garantia contratual .....	387
4.	A retenção dos créditos .....	388
5.	O procedimento para cobrança dos valores não acautelados pelas garantias ou retenção dos créditos .....	389

## CAPÍTULO IX DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

<b>Art. 140.</b>	.....	389
1.	Recebimento do objeto: conceito, espécies e consequências .....	391
2.	Recebimento: a questão dos prazos e o não cabimento do recebimento tácito .....	392
3.	A natureza das normas que disciplinam sobre o recebimento do objeto ...	393
4.	O recebimento das obras e serviços .....	394
5.	O recebimento das compras .....	396
6.	A rejeição do objeto .....	396
7.	O custeio dos ensaios, testes e provas para aferição da execução do objeto .....	398
8.	Recebimento e a responsabilidade civil e ético-profissional .....	398
9.	A responsabilidade do projetista e do consultor nas obras públicas .....	399
10.	A responsabilidade objetiva do contratado nas obras .....	399

## CAPÍTULO X DOS PAGAMENTOS

<b>Art. 141.</b>	.....	401
1.	A ordem cronológica nos pagamentos: categorias e fundamentos .....	402
2.	As exceções ao cumprimento da ordem cronológica no dever de pagamento .....	403

3.	A responsabilidade pela inobservância imotivada da ordem cronológica .....	405
4.	O dever de transparência ativa da ordem cronológica dos pagamentos ...	406
<b>Art. 142</b>	.....	407
1.	O pagamento em conta vinculada: ideia geral .....	407
2.	O pagamento em conta vinculada e a sua necessária contextualização...	408
<b>Art. 143</b>	.....	412
1.	O dever de pagamento da parcela incontroversa .....	412
<b>Art. 144</b>	.....	413
1.	A remuneração variável: premissas e fundamentos .....	413
2.	Os parâmetros objetivos da remuneração variável .....	416
3.	A forma de pagamento ajustada em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa .....	417
4.	A limitação orçamentária .....	418
<b>Art. 145</b>	.....	418
1.	A regra da vedação do pagamento antecipado.....	418
2.	O pagamento antecipado como exceção e as cautelas necessárias .....	419
3.	A devolução do valor antecipado .....	421
<b>Art. 146</b>	.....	422
1.	A interação entre o Estado Contratante e o Estado Fiscal .....	422

## CAPÍTULO XI DA NULIDADE DOS CONTRATOS

<b>Art. 147</b>	.....	422
1.	O princípio da segurança jurídica: proteção à confiança .....	423
2.	O princípio da eficiência, a LINDB e o princípio da preservação dos contratos .....	428
3.	A “irregularidade constatada”: premissas, consequências e saneamento .....	431
4.	Os “aspectos” definidores do interesse público de anular .....	436
5.	O passo a passo do saneamento contratual e sua processualização.....	438
6.	As potenciais consequências da irregularidade: perdas e danos, apuração de responsabilidade e penalidades .....	440
<b>Art. 148</b>	.....	442
1.	A importância da “análise prévia do interesse público envolvido” e o princípio da proporcionalidade .....	443
2.	As dimensões de existência, validade e eficácia dos contratos administrativos .....	446
3.	A declaração de nulidade e suas consequências .....	447

4.	A indenização por perdas e danos e a vedação ao enriquecimento sem causa.....	448
5.	A modulação temporal dos efeitos da declaração de nulidade .....	451
<b>Art. 149</b>	.....	452
1.	O reforço ao dever de indenizar prejuízos injustos .....	452
2.	A avaliação subjetiva da culpa, qualificação e quantificação do dano indenizável .....	454
3.	A responsabilização do sujeito causador da nulidade e o devido processo legal .....	456
<b>Art. 150</b>	.....	458
1.	Licitação, contrato administrativo e Lei de Responsabilidade Fiscal .....	458
2.	A proibição de contratar sem definição do objeto nem do crédito orçamentário.....	461

## CAPÍTULO XII DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

<b>Art. 151</b>	.....	462
1.	A institucionalização do sistema multiportas de acesso à Justiça .....	463
2.	O <i>Design</i> de Sistemas de Disputas (DSD).....	466
3.	A negociação .....	468
4.	A conciliação .....	472
5.	A mediação.....	473
6.	O comitê de resolução de disputas .....	475
7.	A arbitragem .....	480
8.	A contratação de câmaras e terceiros imparciais.....	484
9.	Os direitos patrimoniais disponíveis .....	487
<b>Art. 152</b>	.....	489
1.	Arbitragem “de direito” e “por equidade” .....	489
2.	O princípio da publicidade e seu modo de incidência no processo arbitral .....	491
<b>Art. 153</b>	.....	494
1.	A incidência irrestrita dos meios alternativos de solução de controvérsias.....	494
<b>Art. 154</b>	.....	495
1.	O processo de escolha de terceiros imparciais.....	495
2.	A isonomia, tecnicidade e transparência na escolha .....	496
<b>Referências</b>	.....	501